

PELA SOBREVIVÊNCIA DO SUS PÚBLICO E ESTATAL NÃO A PEC 358/2013!

É conhecido por todos os brasileiros que o SUS sofre de um subfinanciamento crônico. Ao longo de seus 26 anos de existência não se resolveu o problema de fontes suficientes e seguras para o nosso sistema universal de saúde. A sociedade brasileira permanece perplexa com esse descaso!

O que defende a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde?

Para o enfrentamento do subfinanciamento da saúde, a Frente tem apresentado como principal proposta a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Saúde, deliberação da 14ª Conferência Nacional de Saúde. Além de outras propostas mais amplas, tais como: o fim dos subsídios públicos aos Planos Privados de Saúde; a imediata realização da Auditoria da Dívida Pública, eliminando o pagamento de juros da dívida pública que consumiu cerca de 42% do Orçamento da União em 2014, a fim de que a saúde possa dispor de maiores recursos; o aprofundamento dos mecanismos de tributação para a esfera financeira, mediante a criação de um Imposto Geral sobre a Movimentação Financeira (IGMF) e a tributação das remessas de lucros e dividendos realizadas pelas empresas multinacionais, atualmente isentas na legislação, destinadas ao Orçamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social); o estabelecimento da Contribuição sobre Grandes Fortunas com destinação para a Seguridade Social (projetos já existentes na Câmara Federal); a rejeição da permanência da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retira recursos do Orçamento da Seguridade Social para pagamento de parte dos serviços da dívida pública.

A Frente considera que, além de ser subfinanciado, o SUS enfrenta gravíssimas distorções na aplicação dos recursos a ele destinados. Estes têm sido usados, prioritariamente, para financiar: a atenção especializada de alto custo, em sua quase totalidade prestada pelos serviços privados contratados; as corporações profissionais mercantilistas; e também as Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs) Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e assemelhados que “administram” parcela importante dos serviços da sua Rede com a lógica mercantil.

Temos claro que o aumento no aporte de recursos sem a alteração dessa lógica insustentável política e financeiramente, apenas abrandará os problemas por um determinado período, mas sempre recrudescendo de tempos em tempo a depender da conjuntura e do jogo de interesses. Por este motivo a Frente não foi signatária do Projeto de Iniciativa Popular conhecido como *Saúde +10*, o qual, apesar de propor a ampliação dos recursos públicos para a saúde - e nisto temos acordo -, não faz menção que estes recursos devam ser alocados na rede pública estatal.

Portanto, além de defendermos o aumento no aporte de recursos para o SUS, defendemos a alteração de toda essa lógica estabelecida, na perspectiva de superar o contraproducente e mercantilista financiamento por procedimento, por metas a serem estabelecidas de acordo com as reais necessidades em saúde de cada local, priorizar a estruturação da atenção básica sem que isso comprometa o financiamento dos demais níveis de atenção, substituir paulatinamente a rede privada contratada pela rede pública devidamente ampliada e estruturada e a valorização da força de trabalho a partir da criação da Carreira Única do SUS de caráter nacional, para todos os trabalhadores do Sistema.

Contra a PEC 358/2013, pela sobrevivência do SUS universal e de qualidade

Ao contrário das propostas defendidas por nós, está sendo priorizada no Congresso Nacional (dezembro de 2014 – em tramitação para votação em segundo turno) a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 358, conhecida como a PEC do Orçamento Impositivo (emendas parlamentares). Nessa PEC foi incluída uma nova base de aplicação do governo federal na saúde (arts 2º e 3º) Receita Corrente Líquida (RCL), inclusive sendo executada de forma escalonada em cinco anos, isto é, 13,7% dessa RCL, para o primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação dessa PEC, até alcançar 15% da mesma, no quinto exercício financeiro, respectivamente. Isto resultaria um acumulado de recursos, nesses cinco anos, de apenas R\$ 64,2 bilhões, enquanto que 10% do PIB corresponderia a aproximadamente R\$ 400 bilhões, somente para o primeiro exercício financeiro.

Caso a PEC 358 seja aprovada, tudo indica que o cenário futuro para o financiamento do SUS ficará bem distante da necessidade de financiamento para assegurar um sistema universal de saúde. Ainda mais, a aprovação desta PEC trará dois graves problemas: 1- o recurso referente ao Pré-Sal deixará de ser um excedente para a saúde, como estava previsto na Lei 12.858/2013, passando a incorporar a nova base de cálculo determinada pela PEC e, conseqüentemente com perdas de alguns bilhões de

reais; 2- aumento das emendas parlamentares para um teto de 1,2% da Receita Corrente Líquida, sendo que 0,6% seriam retiradas do orçamento da saúde. Como pode ser verificado, a situação de restrições ao financiamento do SUS será ainda maior.

Estamos no momento dessa PEC ser levada para votação no segundo turno na Câmara Federal, tendo ainda sido incluído, o aumento do quórum para novas mudanças do financiamento da saúde federal. Isso porque, com a PEC 358/2013 somente poderão ser feitas modificações no financiamento por meio de emenda constitucional e não mais por lei complementar, tornando mais difícil aumentar os recursos para a saúde, pois serão necessários maioria de 3/5 dos votos.

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, os Fóruns de Saúde, os movimentos sociais e as entidades vinculadas a mesma ,conclamam pela:

- Condenação da PEC 358/2013 em nome da sobrevivência do SUS universal no nosso País! Essa PEC incluirá muito pouco ou quase nada de recursos financeiros, tendo em conta o que a saúde universal necessita. Não podemos aceitar essa vergonha nacional em relação ao SUS!
- Reafirmação do que o Movimento da Reforma Sanitária defendeu nos anos 1980 : expansão e fortalecimento do setor estatal em níveis federal, estadual e municipal, tendo como meta uma progressiva estatização do setor, e redirecionamento do fundo público para o financiamento exclusivo da rede pública.

Nesta direção, afirmamos que:

- Não desistiremos de tentar impedir o capital estrangeiro de dominar a Saúde brasileira, mesmo após a sanção presidencial da MP 656/2014, que permite essa abertura. Não deixaremos a saúde se tornar uma política mercantilizada.
- Não aceitaremos a consolidação da privatização do SUS, destruindo a saúde como direito.

Saúde não é mercadoria. Seguiremos resistindo na defesa de um SUS 100% estatal, universal e de qualidade para todo o povo brasileiro!

Janeiro/2015.

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

**www.contraprivatizacao.com.br / facebook.com/contraprivatizacao
contraprivatizacao@gmail.com**